

1 CONGRESO LATINOAMERICANO de Gestión Cultural

Santiago | Chile | 23 al 27 | Abril | 2014

A formação como desafio coletivo nas políticas de cultura da Bahia e do Brasil ¹

Clelia Neri Côrtes²
Laura Bezerra³

Resumo: No contexto do aprofundamento do processo democrático no Brasil, as modificações na agenda político-cultural possibilitaram a formulação e desenvolvimento de Políticas Culturais a nível nacional que repercutiram em estados e municípios das diversas regiões do país, ampliando a demanda por formação em políticas e gestão da cultura. Todavia, diante da recente implementação de políticas culturais como política pública do estado, não há um caminho pronto, ele precisa ser construído coletivamente, com todas as dificuldades e tensões inerentes ao processo.

Palavras-Chave: Brasil; Bahia; formação em cultura; gestão cultural; políticas públicas de cultura.

Introdução

Os avanços dos instrumentos legais internacionais e nacionais associados a um novo momento de aprofundamento da redemocratização - ainda que insuficientes - têm possibilitados transformações significativas no campo das políticas públicas em países da América do Sul. (CORTES, 2010).

¹ Ponencia presentada al Primer Congreso Latinoamericano de Gestión Cultural, realizado en Santiago de Chile, entre los días 23 al 27 de abril de 2014.

² Clelia Neri Côrtes é doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora e pesquisadora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC) desta universidade .E-mail: cleliac@ufba.br.

³ Laura Bezerra é doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA e ocupa atualmente o cargo de Assessora da Formação em Cultura na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. E-mail: laurabezerra1@gmail.com.

No Brasil, as modificações na agenda político-cultural a partir de 2003, possibilitaram a formulação e desenvolvimento de Políticas Culturais a nível nacional que repercutiram em estados e municípios das diversas regiões do país.

A partir de então, orientadas por princípios democráticos e da cidadania cultural, a garantia dos Direitos Culturais expressas na Constituição Federal de 1988, passaram a subsidiar a construção de Políticas Culturais como Políticas Públicas, ampliando a demanda por (in)formações, reflexões e diálogos persistentes, que exigem a participação dos diversos segmentos da sociedade e, conseqüentemente, ampliou a demanda por formação na área da cultura, políticas e gestão.

No âmbito federal, a implementação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC) traz consigo uma crescente necessidade de avanço na formação. Um exemplo: como o SNC prevê a existência nos estados e nos municípios de Secretarias, Conselhos e Fundos de Cultura, faz-se necessário pessoal preparado não somente para gerir estas instituições, mas também, e especialmente, para pensar, articular e pactuar as políticas de cultura.

No Estado da Bahia, até 2006, a Secretaria de Cultura e Turismo atuava prioritariamente na capital, Salvador. Com a criação da secretaria exclusiva para a cultura (SECULT-Ba) em 2007, começou-se a empreender esforços para descentralizar as políticas de cultura. Desde então, trabalhar políticas públicas de cultura junto aos 417 municípios baianos, tem exigido a ampliação das ações formativas.

A territorialização e a democratização das políticas de cultura nos diversos níveis federativos passaram a exigir a presença de cidadãs e cidadãos qualificados e estimulados para a participação ativa neste processo.

Em 2009, no âmbito do processo de implementação do Sistema e do Plano Nacional de Cultura, o Ministério da Cultura (MinC) estabeleceu um convênio com universidades brasileiras para realização de um Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil, que revelou três pontos de grande relevância: a concentração das ações de formação no Sudeste do país

(48%), sob a responsabilidade de instituições privadas (49%) e na forma de cursos de extensão (76%), ou seja, cursos de periodicidade irregular. Entre as universidades conveniadas com o MinC situa-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que não somente atuou no mapeamento citado como em outras ações conjuntas a exemplo do projeto de apoio à elaboração de Planos Municipais de Cultura. Este artigo acompanha um momento do processo colaborativo entre a SECULT-Ba e a UFBA.

1. Estratégias para a Formação e Qualificação na Bahia

1.1. A Rede de Formação e Qualificação em Cultura

Na relação entre Estado, Sociedade Civil e Universidades, redes colaborativas interinstitucionais vêm se consolidando, uma vez que nenhuma instituição sozinha poderia enfrentar o desafio da formação e qualificação em cultura no Brasil. Um desafio desta magnitude exige um esforço coletivo. Na Bahia a criação de uma Rede de Formação e Qualificação em Cultura vem avançando no sentido de articular a interlocução entre instituições e estimular as parcerias necessárias ao avanço no setor.

A Rede, constituída em dezembro de 2011, é composta por representantes das universidades públicas federais e estaduais, entre elas a UFBA, e dos Institutos Federais de Ensino, que atuam no Estado da Bahia, organizações da sociedade civil dedicadas à cultura e educação, entidades do sistema S (SEBRAE, SESC, SESI e SENAI), além de representantes do Ministério da Cultura e secretarias estaduais de Educação, Trabalho, Emprego e Renda, e Casa Civil, além da SECULT-Ba. Como instância de articulação, diálogo, pactuação e governança tem a Rede um Conselho formado por 43 representantes das instituições parceiras. Este grupo tem o objetivo de formular colaborativamente políticas para formação e qualificação em cultura no Estado da Bahia.

Mesmo dando a devida importância à discussão, ao diálogo e à pactuação (que são fundamentais), a Rede de Formação e Qualificação em Cultura não é apenas um espaço de diálogo, mas uma instância para articulação de ações

concretas. Entre elas, destacamos a tentativa de estimular as Universidades e os Institutos Federais de Educação a criarem novos cursos de educação profissionalizante, graduação e pós-graduação em cultura, a partir da formação de parcerias entre os diversos elos da Rede. São estes os primeiros passos: proporcionar o encontro de pessoas qualificadas para debater sobre demandas e prioridades, e mapear as possibilidades concretas de trabalho conjunto entre instâncias federais, estaduais e municipais.

1.2.O Programa de Formação e Qualificação em Cultura do Estado da Bahia

Em 2012, institui-se o Programa de Formação e Qualificação em Cultura orientado pelas demandas das Conferências de Cultura, Lei Orgânica da Cultura na Bahia (Lei nº 12.365/2011), que prevê a criação de um Sistema de Formação Cultural no contexto do Sistema Estadual de Cultura. Iniciativa como esta, se institui em consonância com a criação do Sistema Nacional de Cultura, para superar a descontinuidade das políticas de cultura como políticas de estado, estáveis e democráticas. A Bahia aderiu em 2010, ao Sistema Nacional de Cultura, que já previa a criação de um Programa Nacional de Formação na Área da Cultura. Assim, criação da Rede e do Programa de Formação e Qualificação em Cultura, são passos para efetivação de Direitos Culturais explicitados nos textos legais que orientam planos e ações.

A finalidade do Programa é promover a formação e qualificação em cultura e estimular os processos formativos no campo da cultura, considerada em suas diferentes áreas, dimensões, linguagens, manifestações e aspectos. Embora com definições de linhas básicas, sua proposta aponta flexibilidade para possíveis ajustes de forma atenta à dinâmica inerente à Cultura. As seguintes áreas de formação e qualificação estão previstas:

- a. Organização, legislação, produção, gestão e políticas culturais;
- b. Criação, invenção e inovação artístico-cultural;
- c. Proteção e promoção da memória e do patrimônio cultural;
- d. Formação de público, educação e consumo cultural;
- e. Difusão, divulgação e transmissão da cultura;
- f. Reflexão, investigação, análise e crítica da cultura;
- g. Produção de informações culturais;
- h. Cooperação e intercâmbio cultural;

i. Logística e processos técnico-culturais.

Com a atuação nestas áreas pretende-se que se constituam como uma base para proporcionar a criação e/ou ampliação de oportunidades de desenvolvimento profissional nos diversos segmentos culturais; melhorar as condições para a sustentabilidade e o fortalecimento de ações e organizações na área da cultura; promover a inclusão sociocultural (inclusive, mas não somente através da inserção no mercado de trabalho e da geração de emprego e renda); e estimular o desenvolvimento de ações e formulações inovadoras na cultura. O Programa de Formação e Qualificação em Cultura, foi formulado para subsidiar ações futuras e possibilitar o trabalho colaborativo entre os diversos parceiros.

Algumas ações realizadas no âmbito do Programa merecem destaque, como a criação de um edital específico para a formação em cultura, que entre 2012 e 2014 disponibilizou mais de R\$ 4 milhões para ações formativas na Bahia ou a realização I Encontro Baiano de Formação e Qualificação em Cultura (Salvador, 27-28/9/2012), que reuniu aproximadamente 100 participantes em mesas-redondas e debates sobre os as possibilidades, urgências e entraves para o setor.

De grande importância, neste contexto, é o estímulo à criação de cursos de na área da cultura. Em abril de 2012 a Secretaria de Cultura enviou uma carta convidando os reitores e dirigentes das universidades públicas e institutos federais de ensino que atuam na Bahia a assumir uma posição ativa no desenvolvimento da formação e qualificação em cultura no Estado e sugerindo que as instituições avaliassem a possibilidade da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em cultura. A SECULT-Ba se colocou à disposição para as parcerias necessárias e participou/vem participando do processo de implementação dos novos cursos de extensão, graduação e pós-graduação na Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSBA); Universidade Federal do Oeste Baiano (UFOBA); Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal do da Bahia (UFBA).

1.3.A criação da área de concentração em Políticas e Gestão da Cultura do IHAC/UFBA como exemplo de processo colaborativo

O Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) foi criado em 2009, no contexto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que promoveu a ampliação das vagas e democratização do ensino superior, com modalidades diferenciadas de ingresso e a criação de cursos no turno noturno. O Instituto opera em quatro áreas do conhecimento: Artes, Humanidades, Ciências & Tecnologia, e Saúde, em um curso subdividido em duas etapas de um ano e meio: a Formação Geral (comum às quatro áreas) e a Formação Específica, que pode ser feita na chamada “Grande Área” da modalidade do curso ou nas respectivas “Áreas de Concentração”. Ao final, os alunos recebem o título de Bacharel na Grande Área (Artes, Humanidades, Ciências & Tecnologia, ou Saúde) ou ainda na área de concentração escolhida.

As ofertas para as áreas de concentração de cada um dos quatro bacharelados interdisciplinares foram iniciadas no segundo semestre de 2010. Desde então, a Área de Concentração em Política e Gestão da Cultura (ACPGC) é ofertada para alunos dos Bacharelados Interdisciplinares em Artes e em Humanidades. Desde sua criação a ACPGC vem se consolidando tanto dentro do IHAC (o que se reflete na ampliação do número de estudantes que optaram pela Área de Concentração em Política e Gestão da Cultura), quanto no contexto externo, demonstrado, por exemplo, pelas oportunidades de estágio e emprego em organizações privadas, governamentais e do terceiro setor.

Em seus estudos, o professor Milton Santos (2004), que dá nome ao IHAC, salienta a importância das redes para produção das propostas políticas nas diversas áreas. A profissionalização e capacitação no campo cultural como tema central e transversal das políticas demandam processos colaborativos nos seus mais diversos níveis. A Universidade Federal da Bahia atua como parte de uma rede federal de instituições públicas de educação. No âmbito interno da UFBA, os estudos e pesquisas desenvolvidas no Programa Multidisciplinar de Pós-graduação

em Cultura e Sociedade e pelos pesquisadores do Centro Multidisciplinar de Estudos em Cultura (CULT), contribuíram para o processo de criação do IHAC em 2009. Alunos do curso de Produção Cultural da Faculdade de Comunicação desta universidade, bem como professores e estudantes do Pós-Cultura e do CULT ocuparam e ocupam cargos na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, desde sua criação em 2007, o que por si só reforça os laços e favorece as parcerias entre a SECULT e a UFBA.

Em 2010, por iniciativa dos representantes estudantis, Ricardo Soares e Renata Leahy, foi iniciada uma pesquisa sobre as questões e temas de interesse dos alunos que optaram pela ACPGC. Os resultados da pesquisa subsidiaram o planejamento da área no semestre seguinte e provocaram a realização de pesquisas posteriores por discentes e docentes. Estas iniciativas apontam para uma proposta dialógica da formação, os B.I.s como processo formativo de autoria e desenvolvimento coletivo e colaborativo. Entre outras coisas, os resultados das pesquisas mostram o interesse dos egressos da ACPGC em continuar sua formação em um curso de pós-graduação em Gestão Cultural.⁴

Como resposta a esta demanda está em processo de criação um Mestrado Profissional em Políticas e Gestão da Cultura no IHAC, contando com o apoio da SECULT, materializado em um Protocolo de Cooperação entre a SECULT e o IHAC (2014, p. 1), que define as seguintes modalidades de cooperação:

1. Apoio institucional;
2. Apoio à articulação com outras instituições;
3. Intercâmbio de especialistas, neles incluindo funcionários da Secult, docentes, pesquisadores e técnicos, tendo como objetivo fomentar atividades de formação e pesquisa;
4. Abertura de campo de estágio na SECULT-Ba para estudantes do Mestrado Profissionalizante em Políticas e Gestão da Cultura;
5. Realização conjunta de conferências, seminários, colóquios, congressos e cursos;
6. Intercâmbio e desenvolvimento de publicações conjuntas;
7. Utilização de espaços da SECULT-Ba para atividades do curso;

⁴ Os recém-formados no Bacharelado Interdisciplinar têm diversas opções de continuidade. Eles podem ingressar diretamente no mercado de trabalho; podem obter um segundo diploma universitário (optando por uma continuidade em outros cursos de graduação da UFBA com os *Cursos de Progressão Linear*), ou podem continuar os estudos em programas de pós-graduação.

8. Qualquer outra modalidade de colaboração de interesse de ambas as instituições.

A perspectiva interdisciplinar que orienta a área de formação em Políticas e Gestão da Cultura tem propiciado a realização de seminários, debates e rodas de conversa com palestrantes não só da universidade, mas também gestores de diferentes órgãos públicos e pensadores e pesquisadores oriundos da sociedade civil. Essas iniciativas ecoam fora da universidade, nos diversos espaços culturais da cidade e órgãos gestores de cultura que, além de participarem desse diálogo proposto pela universidade, estão contribuindo para um circuito de promoção e divulgação dessas experiências formativas. Um exemplo foi o Seminário de Políticas e Gestão da Cultura, organizado coletivamente com os estudantes e professores da ACPGC em 2013 com o objetivo de aprofundar e consolidar espaços de diálogo e formação entre sociedade e universidade. Este artigo nasceu das discussões realizadas no seminário.

À guisa de conclusão: a formação e qualificação em cultura como desafio coletivo

Entre as 51 metas do Plano Nacional de Cultura (MINC, 2012, p. 45-63), oito referem-se à formação. Na Bahia, a criação e implementação de um Sistema e do Programa Estadual de Formação e Qualificação em Cultura, em rede com as instituições de ensino e pesquisa, é uma resposta às demandas dos cidadãos e cidadãs baianos. Consolidam-se dinâmicas políticas em contraposição à concentração das ações formativas na região sudeste do Brasil, apontadas no início do artigo, partindo da consideração de que é fundamental investir, de forma ativa e sistemática em políticas estaduais de formação e qualificação. Neste sentido, o estado assume sua responsabilidade como parte integrante do Sistema Nacional de Cultura.

Todavia, diante da recente implementação de políticas culturais como política pública do Estado, não há um caminho pronto, ele precisa ser construído coletivamente, com todas as dificuldades e tensões inerentes ao processo. Mas,

como acentua Maria Helena Cunha (2009), o importante é “valorizar em primeiro lugar o binômio cultura-educação como um caminho para a consolidação de política cultural voltada para a transformação social, entendendo a educação num sentido mais amplo e contínuo de aquisição de conhecimentos como direito de cidadania.” Neste ponto, questões instigadoras de outras questões se evidenciam: como equalizar as necessidades de formação acadêmica considerando também a importância dos diálogos de saberes com mestres populares da cultura, das culturas tradicionais? Como tratar da formação voltada para culturas tecnológicas e de projetos junto aos acadêmicos e aos mestres populares da cultura, das culturas tradicionais? Como atender às demandas de formação voltadas para criação, da produção, da difusão, da conservação e da memória? Qual o lugar do público, qual o do privado? Qual o espaço para a formação dos artistas, dos técnicos, dos gestores, dos produtores, dos formuladores, dos agitadores, dos acadêmicos, do público, do cidadão “comum”? Dos profissionais e dos amadores - e da grande área difusa que vem se formando na contemporaneidade?

Além disso, e muito especialmente, há que se refletir e debater sobre a “formação” que buscamos. Formação para que? E para quem? Formação é mais do que adquirir informações ou habilidades técnicas - é um processo dinâmico, que se estende por toda a vida e que, no seu sentido ideal, deveria ampliar as competências (culturais, sociais, intelectuais, práticas etc.) de cada ser humano.

As respostas para as questões aqui colocadas precisam ser articuladas e pactuadas coletivamente. O processo dialógico e as ações colaborativas acontecidas no âmbito da Rede de Formação e Qualificação em Cultura - a exemplo do processo de desenvolvimento da ACPGC do IHAC - apontam caminhos democráticos para a construção de políticas de públicas de formação em cultura.

Referências

BAHIA (Estado). *Lei nº 12.365*, de 30 de novembro de 2011 (Lei Orgânica da Cultura). Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/2012/04/17/files/2011/12/LEI-ORGANICA-BAHIA.pdf>>. Acesso em abr. 2012.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 71*, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o Art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

_____. *Lei nº 12.343*, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

_____; Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasília: MinC, 2012.

_____. *Sistema Nacional de Cultura*. Documento básico. Brasília: MinC, 2010.

CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

CÔRTEZ, Clelia Neri. Cultura, diversidade e política: transversalidade dos conceitos nas políticas culturais. In: RUBIM, A.; ROCHA, R. (Orgs.). *Políticas culturais*. Salvador: Edufba, 2012, pp. 139-159.

CÔRTEZ, Clelia Neri et al. *Formação em Políticas e Gestão da Cultura no Contexto dos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia* (inédito, Salvador, 2014).

CUNHA, Maria Helena. *Gestão Cultural: profissão em formação*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007.

IHAC. *Projeto da Área de Concentração em Políticas e Gestão da Cultura*, aprovado em Congregação Ampliada em 06/04/2010. Disponível em: <<http://www.ihac.ufba.br/portugues/wp-content/uploads/2011/06/politicas-e-gestao-da-cultura.doc>>. Acesso em: dez. 2011.

LEITÃO, Cláudia de Sousa. A gestão estratégica e os novos significados da cultura no novo século. In: LEITÃO, Cláudia (Org.) *Gestão Cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003, pp. 115-135.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; COSTA, Leonardo. *Mapeamento da Formação e Qualificação em Organização Cultural no Brasil*. Relatório Final. MinC: 2009. Disponível em <http://www.organizacaocultural.ufba.br/mapeamento_da_formacao.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade*. Entrevista com Milton Santos. S. Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.